

**TERRITÓRIO TRADICIONAL E AS CRIANÇAS INDÍGENAS DA ALDEIA PAKURITY -  
MATO GROSSO DO SUL / BRASIL**  
TRADITIONAL TERRITORY AND INDIGENOUS CHILDREN FROM PAKURITY - MATO  
GROSSO DO SUL / BRAZIL

Sônia Rocha Lucas  
Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



# Território tradicional e as crianças indígenas da aldeia Pakurity - Mato Grosso do Sul / Brasil

Sônia Rocha Lucas<sup>1</sup>

Antonio Hilario Aguilera Urquiza<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo é parte do projeto de pesquisa no mestrado em Antropologia na UFGD e busca apresentar a proposta de um estudo da atual situação do processo de regulamentação fundiária dos Kaiowá e Guarani do acampamento Pakurity do estado de Mato Grosso do Sul - Brasil, bem como identificar e descrever quem são as crianças indígenas, como vivem, como percebem a situação de acampamento e com se dá a relação com a rede de parentela e com o território tradicional. O estudo, primeiramente, fundamenta-se em autores como Pacheco de Oliveira (1998), Brand (1993, 1997), Pereira (2007, 2009), Eremites de Oliveira & Pereira (2010), Cavalcante (2013), Crespe (2009), Conh (2005) e Aguilera Urquiza (2013) e tem como procedimentos metodológicos as práticas da Antropologia, como o trabalho de campo e a partir dele, a observação participante, diário de campo e outras formas de registros.

**Palavras-chave:** Território Kaiowá; Crianças Indígenas; Situação de Acampamento; Retomada.

**Abstract:** This article is part of the master's research project in anthropology at UFGD and search to present the proposal of a current study situation of the land regulation process of Kaiowá and Guarani in Pakurity camp, situated in the state of Mato Grosso do Sul - Brazil, as well as to identify and to describe who are the indigenous children, how they live, how they perceive the camping situation and how is the relationship with the kinship network and the traditional territory. The study, first, is based on authors such as Pacheco de Oliveira (1998), Brand (1993, 1997), Pereira (2007, 2009), Eremites de Oliveira & Pereira (2010), Cavalcante (2013), Lutti (2009), Conh (2005) e Aguilera Urquiza (2013) and its methodological procedures the anthropology practices such as field work, participant observation, field diary and other forms of records.

**Keywords:** Kaiowá and Guarani's Territory; Indigenous children; Camping situation; Land's Retake.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da proposta do projeto de pesquisa para o programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFGD), nível Mestrado e consiste em estudar as crianças indígenas, como vivem e percebem a situação de acampamento, tendo como referência a história dos indígenas Kaiowá e Guarani<sup>3</sup>, e a realidade da aldeia Pakurity situada no município de Dourados em Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Sul, a realidade enfrentada pelos Kaiowá e Guarani tem sido de um constante conflito fundiário e a negação de seus direitos, principalmente quando nos referimos à posse e o processo

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGant/UFGD). Brasil. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia pela UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2006), Espanha. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

<sup>3</sup> Utilizo o termo Kaiowá e Guarani para me referir aos Guarani Kaiowá e aos Guarani Nandeva. Salientando que possuem diferenças, apesar de apresentarem proximidades cultural, sociológica, linguística e territoriais.

de demarcação de suas terras. No caso do Pakurity, se trata de uma retomada, e por isso encontram-se em uma pequena parcela de seu território tradicional, em uma “situação de acampamento”.

A relevância dessa pesquisa pode ser explicitada, primeiramente, frente ao direito que os povos indígenas possuem de terem seus costumes, línguas, religiões e organização social distintas daquelas válidas à sociedade nacional. Direito que é garantido pelo Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, o qual na atualidade o Estado não tem cumprido, pois a realidade é caracterizada pelo conflito, desrespeito dos seus direitos básicos e a não recuperação de seus territórios tradicionais. Outro fato relevante dessa pesquisa é o de se tratar de um estado que abriga a segunda maior população indígena do país, com cerca de 77.025 pessoas (IBGE, 2010), e possui a liderança no ranking nacional de violência contra os povos indígenas<sup>4</sup>. Este contexto torna o tema significativo e de suma importância.

A realidade atual de agravamento dos conflitos com os indígenas Kaiowá e Guarani no estado trata-se de uma situação histórica, que se arrasta a longo tempo. Nesse sentido torna-se necessário fazer um breve histórico dos indígenas Kaiowá e Guarani do MS e como se deu o processo que culminou na perda territorial e as atuais tentativas do movimento indígena de recuperar parte deste território.

Com a Guerra do Paraguai (final do século XIX) e durante todo este período da história, notamos episódios que acarretaram grandes modificações no cenário e que mais tarde culminaria na atual situação de *confinamento* (BRAND, 1993, 1997)<sup>5</sup> e no esbulho desses povos indígenas de seus *tekoha*<sup>6</sup>.

Segundo Chamorro (2015, p.105) a primeira e a última fase da guerra, que envolveu o Brasil, Argentina e o Uruguai, de um lado, e o Paraguai, de outro, ocorreu em pleno território paĩ-tavyterã e kaiowá. A autora ainda afirma que a ocupação desse território por tropas paraguaias e brasileiras significou uma drástica interferência na região, a qual já tivera início com a presença dos viajantes demarcadores a partir de meados do século XVIII e declara que para as comunidades falantes de guarani, a guerra intensificou a política civilizadora iniciada anos antes e o povoamento da região de fronteira com o Paraguai por não indígenas (CHAMORRO, 2015, p. 111).

Após a Guerra do Paraguai instala-se no sul do então Mato Grosso, a Companhia Mate Laranjeira (1870) e em 1877 deu início a exploração da erva-mate, mas em território Paraguaio. A empresa é sediada em Conceição – PY, enquanto aguardava uma concessão do governo brasileiro para instalar-se no Brasil (CHAMORRO, 2015, p.112). A empresa, tanto durante a permanência no Paraguai como no Brasil, usou

---

<sup>4</sup> Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil- DADOS DE 2013, p. 13. CIMI, Brasília, 2013. Disponível em: < [http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia\\_dados\\_2013.pdf](http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf) >. Acesso em: 3 de novembro de 2014.

<sup>5</sup> O conceito de “confinamento” aparece pela primeira vez no trabalho de Schaden (1962), mas é utilizado na atualidade a partir dos trabalhos de Brand (1993 e 1997). O termo dá nome ao processo de constrangimento dos povos indígenas a se instalarem nas oito Reservas demarcadas pelo governo entre 1915 e 1928, saindo de seus territórios tradicionais para pequenas áreas no entorno das cidades.

<sup>6</sup> Lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o teko, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado (conforme CAVALCANTE, 2013; e <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298> - acesso no dia 22/11/2013).

intensamente a mão de obra do povo guarani para a extração da erva, o que foi um forte fator de impacto no processo das relações interétnicas.

A Grande Guerra e a Companhia Mate Laranjeira foram fatos preponderantes para a transformação do cenário territorial do Estado, mas entre esses fatos não podemos deixar de somar as ações a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) que juntos trouxeram para o Estado muitos colonos com a finalidade de povoar o território (colonização) do Mato Grosso. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada em 1943 como política de ocupação desta região, trouxe para o Estado muitos colonos com a finalidade de povoar o território (colonização). Porém, como sabemos, esses territórios estavam ocupados por vários povos indígenas. Podemos notar nas palavras de Brand o quanto a CAND interferiu neste cenário das terras indígenas. Brand comenta:

A implantação da Colônia em área de aldeias Kaiowá marcou o início de uma longa e difícil luta dos índios pela manutenção e recuperação de sua terra. Negavam-se deixar estas terras, que foram vendidas pelo governo a colonos. Estes, por sua vez, buscavam constantemente obter a expulsão dos índios, através de ações na justiça, ou através de meios mais escusos (BRAND, 1997, p.78).

Assim feito, abriu-se espaço para a concessão de títulos públicos a particulares com o intuito de ocuparem os *espaços vazios*, chamados de *terras devolutas*, em nome do desenvolvimento nacional. Bem sabemos que estes espaços não eram propriamente *vazios*, mas de uso e permanência dos indígenas. Para Brand “o problema das terras indígenas, usurpadas pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a partir de 1943, permanece sem solução até a presente data (BRAND, 1997, p.85)”.

Com a intenção de liberar as terras para os novos colonos, nos anos de 1915 a 1928 foram criadas as oito reservas indígenas no sul do estado para abrigar os Kaiowá e Guarani. Cabe ressaltar que em nenhum momento foi pensado ou respeitado a diferença étnica de seus grupos e o direito inalienável a seus territórios tradicionais, situação que acarretou e ainda acarreta grande conflito. Diante deste fato, ou seja, com a criação destas reservas, a situação do território e a própria cosmologia dos Kaiowá e Guarani ficaram comprometidas, tendo em vista a importância da terra para o modo de viver em seus tekoha. Tal importância é destacada por Aguilera Urquiza e Nascimento:

...esta terra torna-se fundamental para produção e reprodução da cultura de um povo, pois para eles, tudo que se relaciona com a estrutura social, ritual ou religiosa está intimamente relacionada ao território. A terra é, desta forma, um recurso sociocultural, mais que apenas um recurso da mãe natureza (AGUILERA URQUIZA E NASCIMENTO 2013, p. 64).

Cabe lembrar que o processo de perda do território dos Kaiowá e Guarani se iniciou com os contratos de arrendamento de terras que beneficiaram a Companhia Matte Laranjeira, já em fins do século XIX. A partir da decadência desta empresa décadas depois, intensifica-se o processo de ocupação e consequente esbulho das terras dos Kaiowá e Guarani para a colonização: derrubar as matas, formar pastos

e ampliar a produção. Neste cenário abre-se, cada vez mais, espaço para os novos proprietários rurais, ou seja, colonos vindos de vários estados do Brasil a fim de se fixarem nestas terras. Com as terras sendo vendidas e com a fixação de novos proprietários, os indígenas são pressionados, cada vez mais, a irem para as reservas demarcadas ou a deixarem os seus espaços tradicionalmente ocupados e fugir para as áreas nos fundos das fazendas (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, p.112).

Só nos anos de 1980 é que os indígenas iniciam uma intensa mobilização política pela luta de retomada de seus territórios (CAVALCANTE, 2013, P. 94). Mobilização que ganha maior força com a Constituição Federal de 1988, garantindo-lhes os direitos de se reconhecerem como indígenas e a reprodução de seus costumes, crenças e tradições, entre tantos outros direitos.

A luta territorial os tem lançado a viver às margens de rodovias ou realizar “*retomadas*”, ou seja, tentativas de reocupar o direito às áreas que consideram suas terras tradicionais, seus *tekoha*. Tudo isso cercado por grande violência e tensão. Em tudo isso, podemos afirmar que os conflitos fundiários que ocorrem em Mato Grosso do Sul, na atualidade, são resultados de fatos históricos e de uma série de ações e omissões do Estado brasileiro.

Diante desse quadro, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar a proposta de pesquisa para o programa de mestrado e trazer elementos preliminares de um primeiro trabalho de campo<sup>7</sup> realizado com as crianças indígenas através da técnica de desenhos, isto é, trazer a voz das crianças indígenas da aldeia Pakurity através dos desenhos aqui apresentados. Nas práticas da Antropologia foram adotados os procedimentos metodológicos, como o trabalho de campo, e a partir dele, a observação participante, diário de campo e outras formas de registros, tudo isso acompanhado da pesquisa bibliográfica, que é o primeiro passo da metodologia para desenvolver esta pesquisa.

## CAMINHOS DA PESQUISA

No senso comum, falar em criança é estabelecer pontes entre o presente e o futuro, isso entendido como se criança existisse *hoje* para ser o *amanhã*, como se todo esse processo de crescimento fosse um livro em branco e que pouco ou quase nada influenciasse na realidade em que está inserida. Essa é a ideia de muitos quando o assunto é abordar o modo de ser e viver das crianças, mesmo quando não levamos em conta ou não conhecemos o seu papel no grupo social ao qual pertence. O senso comum dita que as crianças são meras depositárias do conhecimento.

Diante desta luta pelo território e do significado que possui para os Kaiowá e Guarani, acredita-se que essa profunda relação física, afetiva e simbólica com a terra também seja desenvolvida pelas crianças.

---

<sup>7</sup> Trabalho de campo realizado no mês de janeiro de 2014.

Entendendo o território como espaço próprio de constituição e vivência identitária, principalmente se levado em conta que para eles, esta relação é chamada de *ñande reko*, quer dizer, *nosso jeito de ser*. Por este motivo, nesta pesquisa defende-se a noção da autonomia, mesmo que relativa, das crianças nas relações com os adultos, com o ambiente e com a aldeia<sup>8</sup>.

A partir deste contexto faz-se necessário destacar alguns conceitos que fundamentam a pesquisa. Para entendermos a realidade dos acampamentos é fundamental abordarmos o conceito de *situação histórica*. O estudo formulado por Pacheco de Oliveira (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 52) explicita suas opções teóricas em uma compreensão dessas sociedades e culturas em que “não pode passar sem uma reflexão e uma recuperação crítica de sua dimensão histórica”. Essa relação torna-se de fato um ponto crucial para entendermos a vivência dos indígenas e como se deu a forma de adaptação para abordar essas novas realidades. Assim, à luz do conceito de situação histórica podemos melhor compreender como ocorre a decisão de acampar em margens de estradas e rodovias, ou reocupar áreas que consideram seus *tekoha*, às quais nos referiremos como *situação de acampamento*.

Assim, para melhor compreendermos o processo de retomada se faz necessário abordar, segundo Pereira (2007, p.3), o conceito de *modalidades de assentamentos*, como sendo uma forma de se ocupar o território. Juntamente com Jorge Eremites de Oliveira (ver EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2009, 2010, 2012) desenvolvem o conceito a partir de uma categoria da arqueologia, do inglês *settlement*, que nos fornece base para analisarmos as diferenças entre a ocupação tradicional e a as novas formas de ocupação do território que apresenta a comunidade aqui proposta para a pesquisa. Segundo explica, o termo assentamento – do inglês *settlement* – é mais comum na arqueologia e pode ser profícuo para analisarmos as diferenças entre a ocupação tradicional e as novas formas de ocupação do território, desenvolvidas a partir da chegada das frentes de exploração econômica na região. Por isso, essas novas maneiras de ocupar o espaço geográfico podem ser tratadas como diferentes *modalidades de assentamentos* (CRESPE, 2009, p.43-44). Entre as modalidades de assentamento estão, com efeito, tanto a territorialização em reservas quanto à ocupação dos espaços alternativos a essas áreas, como é o caso dos acampamentos às margens de estrada e outras ocupações.

Podemos concluir que o assentamento se refere à maneira como indígenas ocupam o espaço geográfico. No texto abaixo, Pereira trata destas novas modalidades de assentamento:

Como a população kaiowá não se conformou em sua totalidade à situação de reserva identifico algumas modalidades de assentamento que não estão diretamente associadas a esses espaços físicos, reconhecidos como terras indígenas. Assim, além das reservas, descrevo: a) os espaços sociais dos acampamentos mobilizados para a retomada de terras consideradas pelos Kaiowá como de ocupação tradicional; b) as populações que vivem em periferias de cidades; e c) as populações de “corredor”, caracterizadas por famílias isoladas e mesmo comunidades que nos últimos anos passaram a residir em caráter

---

<sup>8</sup> Aldeia aqui entendida como o centro do território tradicional, conhecido como *ñande retã*, o “nosso território”, isto é, o espaço para a continuidade de seu modo de ser e estar no mundo.

relativamente permanente nas margens de rodovias e estradas vicinais (PEREIRA, 2007, p.3).

Diante do exposto, podemos tratar de uma realidade mais restrita dentro do próprio acampamento, a realidade da criança indígena. O enfoque na criança indígena se dá pela recente introdução e a busca de um aprofundamento nas pesquisas deste tema na realidade da Antropologia Brasileira. E, abrir um espaço de diálogo para que a voz das crianças Kaiowá e Guarani esteja entre os saberes, ou melhor, os conhecimentos das crianças, como indivíduos de relativa autonomia e ativos em suas ações, com os conhecimentos da sociedade tradicional.

Neste contexto, Cohn ressalta que para compreendermos o que é a criança, como vivem e pensam é necessário:

Desvencilharmos das imagens preconcebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam. Precisamos nos fazer capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista (COHN, 2005. p. 8).

Para conhecer e entender algo sobre as crianças, como atores de sua própria história, é importante destacar que a concebemos como sujeitos que elaboram seus próprios códigos de comportamento, de acordo com suas experiências e necessidades, sempre em contato com o mundo exterior, de outras crianças e também dos adultos.

Para Cohn

A criança atuante é aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais. Reconhece-la é assumir que ela não é um “adulto em miniatura”, ou alguém que treina para a vida adulta. É entender que, onde quer que esteja, ela interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações (COHN, 2005. p. 28).

Com o mesmo ponto de vista de Cohn, entendemos que a criança possui um papel ativo na construção da realidade da comunidade indígena, deste modo, a compreensão da criança em relação a *situação de acampamento* e como historicamente foi constituído. Assim, reafirma-se que as crianças são parte integrante e que constroem suas relações estabelecidas dentro de sua sociedade e também autoras na construção de sua identidade. Desta maneira, assumimos que a criança indígena tem um papel ativo e de fundamental importância na construção da cultura. São agentes que constroem suas relações e lhes dão sentido. São atores sociais, produtores ativamente inseridos em sua cultura, participantes do ambiente e da vida diária da comunidade. Em tudo as consideramos como portadoras e fonte de saber.

Finalmente, a fim de buscar a melhor compreensão da criança em relação a atual realidade da aldeia em situação de acampamento, desenvolvemos uma metodologia para a pesquisa no Pakurity em ações em três passos:

1. A História: Levantar e analisar a história e a atual situação do processo de regulamentação fundiária dos Kaiowá e Guarani no estado de MS, enfocando o acampamento Pakurity. Tendo o cuidado por considerar a perspectiva indígena do processo histórico do qual participam;
2. Os Indígenas: Identificar, tabular e mapear quem são os indígenas Kaiowá e Guarani, tanto os adultos como as crianças, que vivem no acampamento Pakurity e como se dá a rede de parentela;
3. As crianças: Elaborar uma etnografia das crianças Kaiowá e Guarani e como percebem a situação de acampamento, levando em conta as representações e vínculos com o território vivenciado, juntamente com a construção de sua identidade e, finalmente, mas não menos importante, levantar, identificar e escrever algumas histórias contadas pelas crianças Kaiowá e Guarani referentes ao uso da terra, dos caminhos e das trilhas que as interligam, tanto com a rede de parentela, como com a toda a comunidade.

Na primeira ação, *A História*, se faz necessário levantamento e leituras bibliográficas com as produções relacionadas ao tema abordado, tanto da história dos Kaiowá e Guarani no estado, como a do acampamento Pakurity e a atual situação do processo de regulamentação fundiária.

Os Indígenas, a segunda ação, envolveremos alguns procedimentos, tais como: entrevistas semiestruturadas, técnicas de gravação, filmagens e fotografias. E com o intuito de, além de levantar informações sobre a rede de parentela, elaborar um diagrama de parentesco e mapas georreferenciados do acampamento Pakurity somado a confecção de croqui com a distribuição dos espaços de ocupação das famílias. Cabe lembrar que a descrição etnográfica do trabalho de campo será referencial para a compreensão de quem são os indígenas Kaiowá e Guarani e como percebem a situação de acampamento, principalmente, na tentativa de auxiliar o entendimento na cosmovisão das crianças indígenas.

A terceira e última ação é voltada para o universo das crianças. Sabedores que diferentes das sociedades euro descendentes, consideramos como crianças indígenas segundo a cosmovisão da comunidade tradicional, desta forma, serão escolhidas ao redor de 10 crianças na faixa etária de 6 a 15 anos, no período da escolarização. Conforme contato já estabelecido pela pesquisadora para atender as necessidades do projeto de iniciação científica. Com essas crianças e com as demais que quiserem participar, será utilizada a técnica da roda de conversa (utilização da técnica do “grupo focal”) e oficinas (técnica do desenho, como forma de expressão de sentimentos, representação e compreensão da realidade). Tudo isso visando registrar, mapear e elaborar uma Etnografia das crianças Kaiowá e Guarani, levando em conta a forma de como percebem a situação de acampamento.

Ainda faz-se necessário para atender os requisitos desta pesquisa, levantar, identificar e escrever algumas histórias contadas pelas crianças Kaiowá e Guarani referentes ao uso da terra, dos caminhos e das trilhas que interligam, tanto a rede de parentela, como a comunidade toda. Crespe escreve sobre como se dão essas trilhas:

Como os parentes ficam separados uns dos outros, são construídas trilhas que ligam uma casa a outra, denominadas de *tape po'i*. Estes caminhos servem para atender à necessidade de comunicação entre os parentes, fortalecendo as relações comunitárias e formando uma “rede de comunicação” entre as famílias (CRESPE, 2009, p.24).

Mediante a importância desses caminhos e das trilhas cabe escrever e relatar as histórias contadas pelas próprias crianças durante o trajeto que percorrem enquanto se deslocam para casas de seus parentes. Para isso, se faz necessário a realização da observação participante e de conversas informais, buscando como finalidade compreender e acompanhar o cotidiano das crianças, sendo assim, registrar no caderno de campo momentos que nos darão subsídios para compreender o modo como as crianças pensam a respeito da vida em acampamento. Buscaremos observar como esta realidade as afetam e quais as representações que as crianças apresentam da própria situação provisória e como compreendem a luta pela recuperação dos territórios tradicionais.

Em tudo isso, acredita-se que teremos dados para a análise de como as crianças estabelecem relação com o lugar onde vivem e como reproduzem aquele espaço em suas conversas, desenhos e também em suas relações com o coletivo.

Após a coleta de dados segue o momento em que as filmagens, gravações de áudio e as entrevistas serão transcritas e analisadas. Esse é um momento delicado e de suma importância, pois não é interesse da pesquisadora perder alguma informação ou mesmo se perder no meio de tantos dados. Para isso cabe uma atitude de total disciplina e atenção.

A pesquisa encontra-se no fechamento de todos os procedimentos do primeiro trabalho de campo, finalmente, estamos no ato de escrever, ou seja, passar para o papel toda a prática antropológica até aqui vivenciada.

O passo seguinte será a realização de outros trabalhos de campo com maior duração de dias para a produção de todos os dados necessários para a pesquisa.

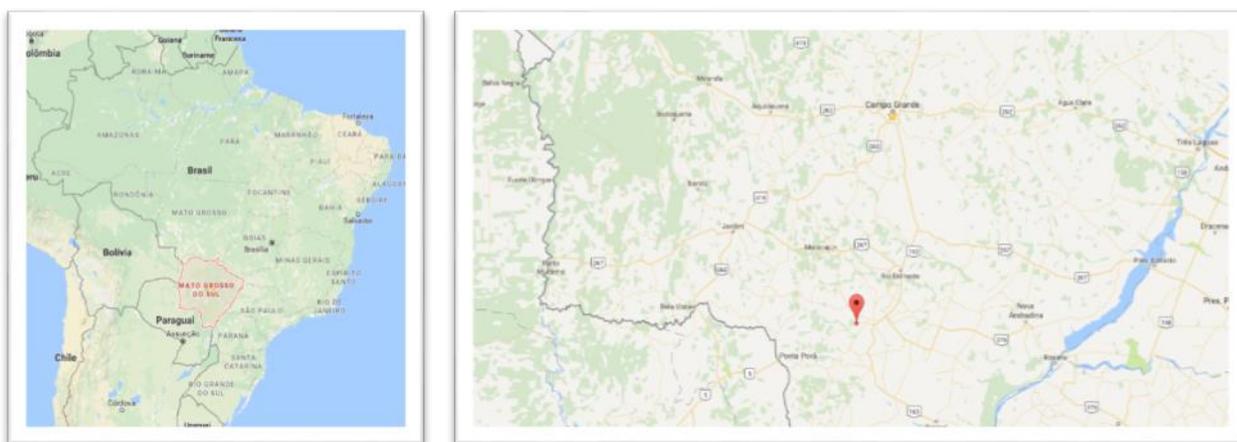
No final da pesquisa, com o trabalho escrito finalizado e com a aprovação da pesquisa, faz-se necessário mais uma ida ao acampamento a fim de entregar para a comunidade a dissertação concluída. Essa atitude é uma tentativa de mostrar para a comunidade o respeito e a gratidão pela oportunidade e pela liberdade recebida enquanto a pesquisadora esteve no seio da comunidade.

## **RESULTADOS ATÉ AGORA OBTIDOS**

A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento. A realização do primeiro trabalho de campo com as crianças indígenas da aldeia Pakurity nos proporcionou um primeiro resultado sobre a percepção que tais crianças desenvolvem com o seu território, os quais serão apresentados na sequência desse trabalho.

### O tekoha Pakurity

O acampamento Pakurity está localizado na BR 463 a 20 km do perímetro urbano de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1), contando com aproximadamente 15 barracos de lona que se espalham ao longo de um canal de água e segundo o senhor Bonifácio, líder indígena, no acampamento há 87 pessoas distribuídas em 10 famílias e mais 80 crianças. Ainda, afirma que dia 12 de agosto de 2013 o acampamento saiu da beira da rodovia e retorna, mais uma vez, a um pedaço de terra de uma mata ciliar que é fragmento da área total de seu *tekoha*.



**Figura 1:** Localização do acampamento Pakurity. **Fonte:** Imagem de satélite do Google Maps – Acesso no dia 25 de Agosto de 2016 às 10hs

Na BR463 encontramos uma estrada de terra que dá acesso à entrada do acampamento Pakurity. Logo ao lado da cerca que separa a BR e o acampamento podemos enxergar uma casa tradicional com uma pequena plantação de banana. Todo esse território está inserido em uma propriedade maior, ou seja, essa primeira casa avistada é separada por um campo de plantação que se estende até as demais casas do acampamento. Logo na chegada já é possível perceber a presença de crianças indígenas que vão se agrupando ao nosso redor. Para sairmos da primeira casa avistada e chegarmos ao lugar de reuniões é preciso cortar uma área de plantação até chegar a beira da mata ciliar, onde encontramos um pequeno barracão coberto com galhos e lona preta, não tem nenhuma parede e possui alguns troncos horizontais que servem como assento. Atrás desta área de reunião e adentrando na mata encontra-se uma pequena nascente de água que serve como uma das duas fontes para a sobrevivência e para a utilização dos afazeres diários dos indígenas.

As condições de vida nesta aldeia, em situação de acampamento não diferem da realidade de outros. As dificuldades enfrentadas cotidianamente são inúmeras. Crespe acrescenta:

Como o lugar não oferece as condições necessárias para a sobrevivência torna-se necessário estabelecer alternativas e estratégias que permitam a permanência deles ali, por isso, a maioria dos homens precisam trabalhar como diaristas nas roças vizinhas ao acampamento. Como o acampamento não oferece espaço para plantar, nem água para

consumo, o recurso encontrado é seguir até à mata, que fica do lado de dentro da propriedade, para ter acesso à água, lenha e remédios (CRESPE, 2009, p. 61).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela comunidade encontramos uma recepção bem calorosa e aconchegante de um grupo de indígenas que foram se aglomerando ao redor dos visitantes. Em sua maioria são crianças, alegres, risonhas e muito ativas. Correm e brincam de um lado pro outro e se comunicam entre si e conosco. Por essa recepção e pelo contato tão próximo com as crianças indígenas é que foi possível, depois de um certo tempo de convivência, selecionar algumas para realizar os desenhos acerca das percepções de seu território, e as análises que aqui serão apresentadas.

### ***Os desenhos das crianças***

Neste contexto, nos perguntamos: como fazer para se ouvir a voz das crianças Kaiowá? As palavras de Manuel Jacinto Sarmiento traz a seguinte reflexão:

No entanto, o paradoxo maior da expressão “ouvir a voz das crianças” reside não apenas no facto de que ouvir não significa necessariamente *escutar*, mas no facto de que essa “voz” se exprime frequentemente no silêncio, encontra canais e meios de comunicação que se colocam fora da expressão verbal, sendo, aliás, frequentemente infrutífero os esforços por configurar no interior das palavras infantis aquilo que é o sentido das vontades e das ideias das crianças. Mas essas ideias e vontades fazem-se “ouvir” nas múltiplas outras linguagens com que as crianças comunicam. Ouvir a voz é, assim, mais do que a expressão literal de um acto de auscultação verbal (que, aliás, não deixa também de ser), uma metonímia que remete para um sentido mais geral de comunicação dialógica com as crianças, colhendo as suas diversificadas formas de expressão (SARMENTO, 2011, p 28).

O autor acrescenta que *o desenho infantil insere-se entre as mais importantes formas de expressão simbólica das crianças*. Dessa maneira selecionamos a técnica de desenhos como forma de expressar a percepção das crianças indígenas da aldeia Pakurity em relação ao seu território, lembrando que as mesmas encontram-se em situação de acampamento, o que pode modificar a compreensão da realidade de suas vidas no dia a dia.

Foram 25 desenhos confeccionados por onze crianças indígenas da idade de 06 a 15 anos da aldeia Pakurity. Para a realização da técnica com desenhos, reunimos as crianças na área de reuniões e entregamos papel branco e lápis coloridos sortidos a cada uma, com o pedido de que desenhassem, conforme a sua maneira (Figura 2, 3 e 4), o que achavam da vida no acampamento, ou seja, que desenhassem seu cotidiano.

Sentadas no chão, nos bancos ou em pneus abandonados e até mesmo deitadas, cada criança fez o seu desenho durante um certo tempo. Cabe salientar que cada folha equivale a um desenho feito por uma criança indígena, pois houve a participação de alguns adultos, mas os desenhos produzidos por eles não foram considerados para o estudo em tela.

Para a análise dos desenhos utilizamos a classificação dos mesmos, em seis grupos conforme os seguintes temas: 1. *Flora* - Desenhos referentes a vida vegetal; 2. *Fauna* – Temas referentes a vida animal; 3. *Terra* - Desenhos referentes a terra, ou relações com o ambiente; 4. *Lagos* - Temas referentes a lagos ou rios;

5. *Temas Tradicionais* - Desenhos referentes a objetos de uso tradicional da cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity e 6. *Outros Temas* – aqueles que não se apresentam na cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity (elementos externos à sua cultura tradicional).



**Figura 2, 3 e 4:** Crianças do acampamento Pakurity desenhando. *Fonte:* Arquivos da pesquisa, 2014.

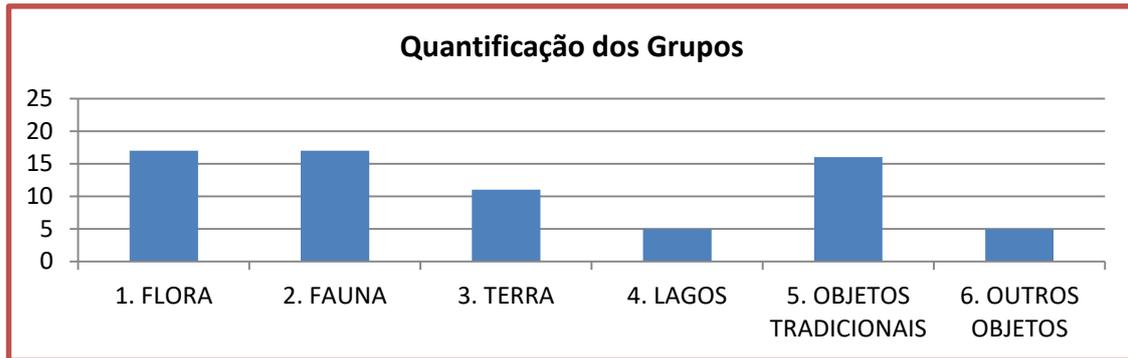
Após a atividade do desenho das crianças, continuamos entre elas na comunidade, visitando seus espaços de convivência, recreação e de relações sociais. Os desenhos uma vez recolhidos, foram separados nas temáticas apresentadas acima, para a análise, seis grupos referidos. A tabela 1, abaixo, apresenta os resultados obtidos desta primeira classificação dos desenhos. Cabe salientar que é uma classificação nossa, e que cada desenho pode apresentar temas presentes em vários grupos.

**TABELA 1**

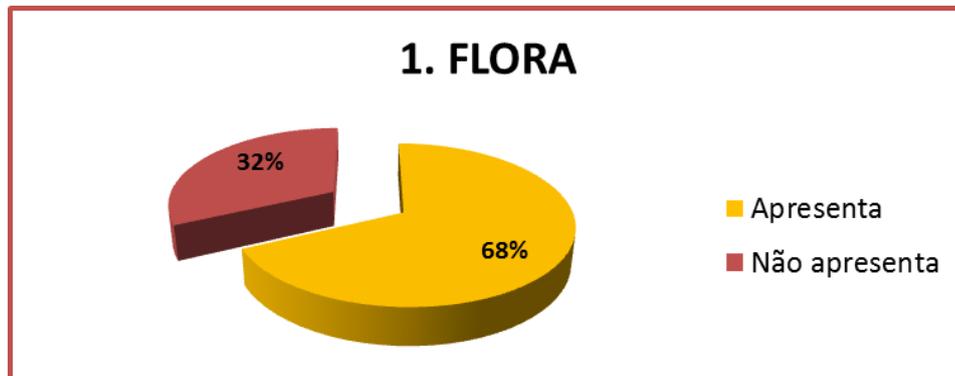
	1. FLORA	2. FAUNA	3. TERRA	4. LAGOS	5. TEMAS TRADICIONAIS	6. OUTROS TEMAS
<b>QUANTIDADE</b>	17	17	11	5	16	5

Para melhor visualização segue abaixo o gráfico com os respectivos resultados da Tabela 1, ou seja, a distribuição quantitativa dos desenhos das crianças, a partir da classificação apresentada para a análise:

TABELA 2

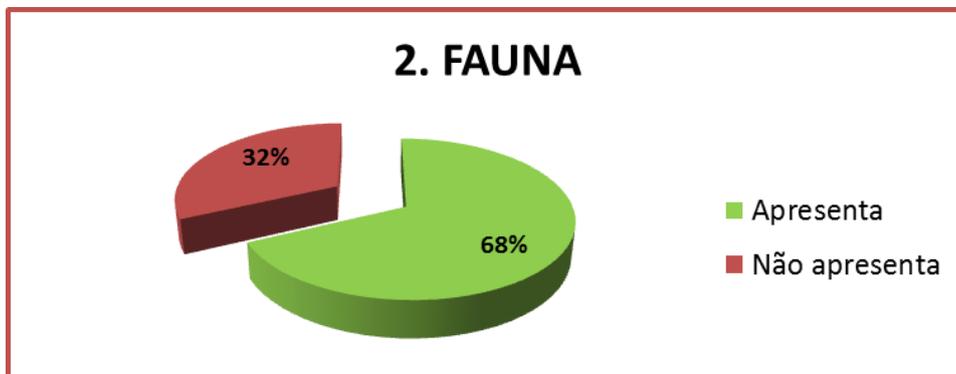


No grupo temático 1. *Flora* - Elementos referentes a vida vegetal – apresentam temas referentes a árvores, flores e plantas. O gráfico abaixo mostra que 68% dos desenhos realizados pelas crianças indígenas apresentam o tema de árvores, montanhas, plantas, flores e gramas. Dos 25 desenhos realizados pelas crianças 17 deles continham alguns desses objetos.



QUADRO 1: Tema 1 – FLORA

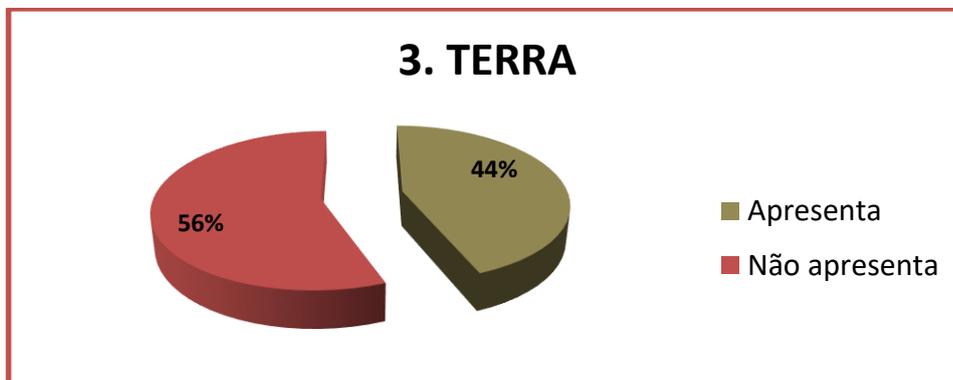
No gráfico do tema 2. *Fauna* – Elementos referentes a vida animal – Encontramos a presença deste tema em 68% dos desenhos os quais apresentavam alguma espécie de animal. Os animais contidos nos desenhos são: pássaros, tatu, cobra, peixes, cachorro, cavalo, touro e onça.



QUADRO 2: Tema 2 – FAUNA

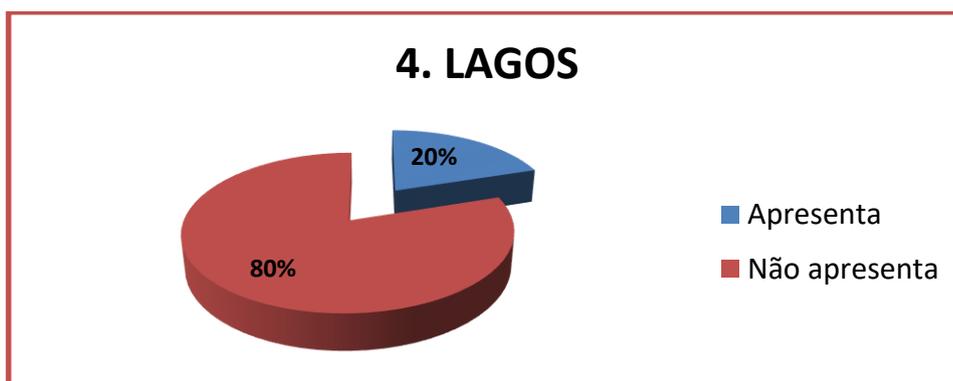
3. *Tema da terra* - Elementos referentes a terra são encontrados em 11 desenhos. Contamos como tema referente a terra toda imagem que delimita o espaço físico (chão) no desenho, como exemplo,

montanhas, caminhos, estrada ou uma determinada região cercada. Caso o desenho apresente uma casa tradicional, mas sem a delimitação do solo, não foi considerado. Se fossemos somar todos os desenhos que tem a possibilidade de uma representação do solo ou uso da terra, apenas 2 dois desenhos não se encaixariam, pois os dois apresentam apenas objetos tradicionais (diadema indígena, arco, flecha e maracá). Nesse sentido foram 44% dos desenhos que apresentam, de forma expressa, algum objeto referente a terra.



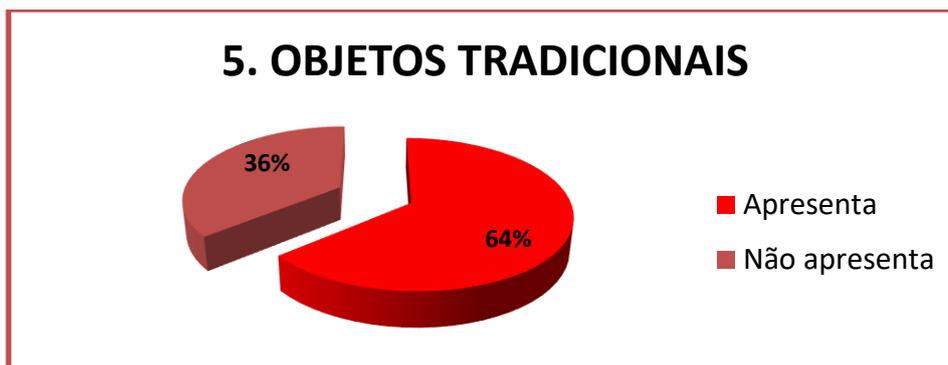
QUADRO 3: Tema 3 - TERRA

4. *Lagos* – Desenhos referentes a lagos ou rios foram expressados em 20% dos desenhos, sendo que dos 25 desenhos realizados quatro deles continham objetos relacionados a lagos e um relacionado a rio.



QUADRO 4: Tema 4 – LAGOS

Elementos como casa tradicional, espécie de diadema indígena, arco, flecha, maracá, fogueira, cacique e até um pajé estiveram presentes em 64% dos desenhos, ou seja, temas pertencentes ao cotidiano da vida tradicional do grupo. Abaixo o quadro 5. Temas Tradicionais - Objetos de uso tradicional da cultura Kaiowá e Guarani - Pakurity.



**QUADRO 5:** Tema 5 – TEMAS TRADICIONAIS

No grupo 6. *Outros Temas* obtivemos 20% dos desenhos que apresentaram figuras que não estão inseridos no dia a dia das crianças Kaiowá do acampamento Pakurity. São 5 desenhos, sendo que os elementos são a imagem de casas de alvenaria e de 01 uma escola (imagens estereotipadas). Esses objetos por mais que remetam a cultura não indígena, elas estão cada vez mais presentes e próximas do seu cotidiano. Cabe a indagação de que até que ponto a casa de alvenaria e a escola ainda não fazem parte da cultura das crianças da aldeia Pakurity.

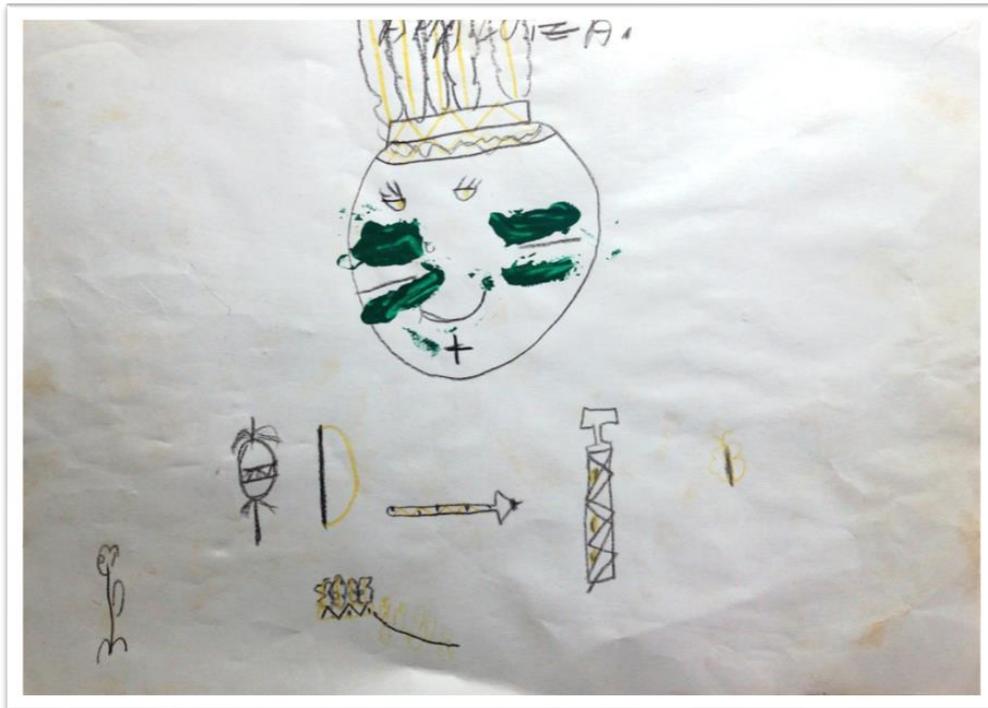


**QUADRO 6:** Tema 6 – OUTROS TEMAS

Cabe ressaltar que o maior índice apresentado nos desenhos faz referência aos grupo temáticos 1 e 2 (presentes em 17 desenhos) seguido do grupo 5 (presentes em 16 desenhos), que representam a *flora* (68%), *fauna* (68%) e *Temas Tradicionais* (64%) os quais interligados fazem referência ao modo de viver em relação com a *terra*, tema segue em quarto lugar com 44% e presente em 11 dos desenhos. Isso demonstra que os desenhos das crianças reproduzem o *teko porã*, ou seja, o modo de viver e ser de um Kaiowá e Guarani. Para a melhor ilustração da classificação e dos resultados aqui apresentados selecionamos três desenhos para possamos visualizar alguns temas utilizados pelas crianças da aldeia Pakurity (Figuras 5 a 7) e que representam seu cotidiano, a relação com o meio ambiente e a cultura tradicional.

A figura abaixo mostra um desenho que contém uma pequena *flor* no canto direito e mais duas quase ao centro e parte inferior da folha, as quais são representadas no Grupo 1 – *Flora*. Os demais temas apresentados nesse desenho nos remete ao Grupo 5 - *Temas tradicionais*. Em sua maioria notamos que os objetos são a tipificação de uma indígena com *cocar* de penas, um *Maracá*, arco e flecha. Outro elemento

que quase passa por imperceptível é uma pequena borboleta no lado direito da folha. O desenho apresentado traz imagens dos Grupos 1, 2 e 5 (Flora, Fauna e elementos da cultura Tradicional).



**Figura 05:** Desenho classificado nos grupos 1, 2 e 5. **Fonte:** Arquivo da pesquisa, 2014.

Na apresentação da Figura 06 apresenta significativa quantidade e variedade de temas contidos no desenho. Contem temas da flora (árvores), da fauna (tatu, cobra e cachorro), da terra (linha horizontal abaixo da casa que nos remete a existência de um solo), um lago, uma casa tradicional e uma casa de alvenaria. Os seis grupos mencionados são apresentados nesse desenho pela criança indígena.



**Figura 06:** Desenho classificado em vários grupos temáticos. **Fonte:** Arquivo da pesquisa, 2014.

Esta Figura 07 contem apenas objetos de uso tradicional (Grupo 5) da cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity. Não cabe aqui a discussão se o *cocar* (*jeguaká*) utilizado pelos Kaiowá e Guarani são confeccionados com penas ou com pequenos penachos de lã, apenas queremos trazer o significado de um objeto de uso tradicional para uma criança indígena através do desenho.



**Figura 07:** Desenho classificado no grupo 5. **Fonte:** Arquivo da pesquisa, 2014.

A partir destas manifestações específicas na forma de desenho, por parte das crianças da comunidade do Pakurity, demonstram a intrínseca relação entre estas e seu território, assim como em relação às manifestações culturais tradicionais.

## CONCLUSÃO

Diante dos resultados levantados através dos desenhos, produzidos pelas crianças, constatamos que, em sua maioria, fazem referência a temas que envolvem elementos da *flora*, *fauna* e de *objetos tradicionais*, seguidos pelo tema da *terra*. A primeira constatação é que o modo de viver dos indígenas Kaiowá e Guarani, em específico, das crianças nesta comunidade, vivem em profunda relação com seu território tradicional e seu entorno.

A análise dos desenhos demonstra e reproduz o *teko porã*, ou seja, o modo de ser kaiowá e guarani vivenciado pelas crianças da aldeia Pakurity. Isso acontece por reconhecerem o território como sua área tradicionalmente ocupada e o único espaço possível para reproduzirem o seu modo de ser, sendo assim, o retorno ao *tekoha* é vital e de suma importância a ponto de enfrentarem todos os tipos de desconfortos, principalmente os sociais e políticos.

Conhecedores do Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, esse trabalho vem, mais uma vez, salientar o direito que os povos indígenas possuem de terem costumes, línguas, religiões e organizações sociais distintas daquelas válidas à sociedade nacional, mesmo conhecedores da situação histórica dos Kaiowá e Guarani, neste caso, referimo-nos aos que se encontram no sul do estado de Mato Grosso do Sul, que é caracterizada pela negligência em muitos de seus direitos, principalmente na perda de seus territórios.

Esta constatação choca-se com a realidade atual das comunidades Kaiowá e Guarani, em especial, aquelas em situação de acampamento, realidade de extrema vulnerabilidade e desrespeito aos direitos humanos básicos desta população. Esta realidade histórica de perda do território tradicional e suas consequências segue comprometendo o modo de ser tradicional deste povo (*ñande reko*), assim como compromete o crescimento saudável destas crianças e todos os direitos inerentes ao ordenamento jurídico nacional e internacional.

Diante do direito da posse e permanência em seus territórios tradicionais e a atual realidade de negação do acesso ao seu *tekohá* enfrentada pelos indígenas, traz como consequência uma situação de constante conflito fundiário. A partir desse contexto, as crianças sinalizam, através dos desenhos, a importância da vida no acampamento, cercadas de animais e vegetação.

Devido à realidade precária de sobrevivência nas retomadas, os indígenas são forçados a se adaptarem às novas exigências da vida em situação de acampamento, pois o local não oferece condições básicas para a sobrevivência e os levam a transitar por vários outros espaços, seja devido à ausência da escola na retomada, ou ainda a busca dos postos de saúde nos centros urbanos. Mesmo em contato com todos esses cenários os desenhos revelam temas contidos no cotidiano das crianças indígenas no acampamento, ou seja, em seu *tekoha*. Demonstrando, assim, que o território é imprescindível à preservação e a reprodução

de sua cultura e que as crianças possuem uma profunda relação física, afetiva e simbólica com a terra e com os elementos de sua cultura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA URQUIZA, A. H (Org.). *Cultura e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2013. 334 p.
- AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. (Org.). *Crianças Indígenas: Diversidade Cultural, Educação e Representações Sociais*. Brasília: Liber Livro, 2011. 292 p.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*; tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Práticas pedagógicas en la aldeã y recreación de la escuela desde la cosmologia Guarani. In: GARCIA, S. M.; PALADINO, M. (compiladoras). *Educación escolar indígena: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.
- BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em História), PUC – Porto Alegre. 1993.
- BRAND, Antônio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese de Doutorado em História - PUCRS, Porto Alegre, 1997.
- BRAND, Antônio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus*, V. 3(4): 137-145. Campo Grande, 2004.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*. 2013.470f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2013.
- CHAMORRO, Graciela. *História Kaiowa. Das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015, 320 p.
- CIMI. RELATÓRIO: Violência contra os povos indígenas no Brasil, Dados de 2013. Disponível em: [http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia\\_dados\\_2013.pdf](http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf) >. Acessado em: 3/11/2014.
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CRESPE, Aline C. L. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009)*. (Mestrado em História). UFGD - Dourados. 2009.
- DAMAZIO, Reynaldo Luiz. O que é criança in: *Primeiros passos*. Ed Nova Cultural Ltda, São Paulo.
- DUARTE, Bonifácio Reginaldo. Entrevista [22 jan. 2014] Entrevistadora: Sônia Rocha Lucas. Rio Brillhante (acampamento Pakurity), 2014. Anotações em caderno de campo. Entrevista concedida no âmbito do projeto de iniciação científica (PIBC/CNPq) desenvolvido por Sônia Rocha Lucas junto à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge & PEREIRA, Levi M. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados, Editora UFGD, 2009.

- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge & PEREIRA, Levi M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, Rodrigo Luiz S. et al. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados, Editora UFGD, 2010, pp. 185-208.
- GOMES, Ana Maria R.; SILVA, Rogério Correia da; DINIZ Levindo. Infância indígena, escolarização e globalização: uma análise a partir da experiência das escolas indígenas em Minas Gerais. In: NASCIMENTO, Adir Casaro; URQUIZA, Hilário Aguilera; VIEIRA, Magno Naglis (Orgs.). *Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais*. Brasília: Liber Livros, 2011. p. 206-227
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2010.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Guarani Ñandeva. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298>. Acessado em:22/11/2013.
- LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.). *Crianças indígenas: Ensaio Antropológico*. São Paulo: Global, 2002.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Editora Unesp. 3 ed. São Paulo, 2000
- PEREIRA, Levi Marques. Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. *Tellus*. (Campo Grande) ano 10, n. 18, p. 115-137, jan. / jun. 2010.
- PEREIRA, Levi Marques. *Mobilidade de processo e processo de territorialização entre os Guarani atuais*. História em Reflexão, Dourados, 1(1): 1-33, 2007.
- PEREIRA, Levi Marques. No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.) *Crianças indígenas: Ensaio Antropológico*. São Paulo: Global, 2002.
- RELATÓRIO *Violência contra os povos indígenas no Brasil- DADOS DE 2013*. CIMI, Brasília, 2013. Disponível em: < [http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia\\_dados\\_2013.pdf](http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf) >. Acesso em: 3 de novembro de 2014.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: FILHO, Altino José Martins; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas: Autores Associados, 2011.

Recebido em:04/08/2016  
Aprovado em:15/09/2016  
Publicado em:15/10/2016